



Uma companhia moderna: o Teatro Popular de Arte, de Maria Della Costa e Sandro Polônio.

Elizabeth R. Azevedo

O significado da palavra “mito” é amplo e complexo. De uma primeira acepção básica, em sua origem na língua grega (mythos) significando *fábula*, no sentido de narrativa de tempos heróicos ou de narrativa simbólica e/ou filosófica; também pode designar uma representação exagerada ou ilusória de pessoa ou fato real e até simplesmente, uma idéia falsa. E é justamente sobre essas múltiplas facetas do termo que se constrói o livro da professora e crítica teatral carioca Tânia Brandão – *Uma empresa e seus segredos: Companhia Maria Della Costa*, lançado no final de 2009 pela editora Perspectiva com patrocínio da Petrobrás.

Em primeiro lugar está a narrativa dos tempos heróicos da criação do teatro brasileiro moderno pela perspectiva de uma das mais importantes companhias teatrais do período. Se não fosse além desse trabalho de recuperação histórica, registro da atuação do grupo, identificação das temporadas e da recepção crítica, o trabalho já seria merecedor de louvores. Afinal, ainda há muito por se conhecer sobre a história de personalidades, companhias, grupos e movimentos no teatro do Brasil. Tal tarefa, quando razoavelmente realizada, significará, se não uma nova (ou definitiva) versão da história do teatro

brasileiro, certamente a possibilidade de uma fundamentação mais sólida para a compreensão da trajetória da arte teatral entre nós. Nesse aspecto, a pesquisa de Tânia Brandão é exemplar pelo apuro, cuidado e abrangência na utilização das fontes textuais, das entrevistas realizadas e da leitura da bibliografia disponível. Resultando num volume de mais de quatrocentas páginas, deságua na apresentação do percurso tanto da companhia quanto de seus fundadores. O texto avança, no núcleo do trabalho, a partir da formação do grupo, pela escolha do repertório, as críticas recebidas por cada encenação e as opções e estratégias comerciais. É neste último aspecto, aliás, que ganha relevância a figura de Sandro Polônio. Muito embora a companhia acabasse se cristalizando ao longo dos anos em torno da figura de Maria Della Costa (mito conscientemente construído como sugere a autora) e que atuação de Sandro como ator, diretor e iluminador esteja presente, há um destaque para sua atividade de produtor teatral, sempre empenhado (através de seus manifestos publicados nos diversos programas do grupo) em discutir os rumos do teatro brasileiro no que se referia a um projeto cultural que deveria ser abraçado pelos poderes públicos, fosse sob a forma de patrocínios, fosse através de uma compa-

Elizabeth R. Azevedo é professora do Departamento de Artes Cênicas e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da ECA-USP.

nhia estatal, fosse no empenho pela formação de público. Fato é que fica claro o quanto, durante todo o período de existência da companhia, de 1948 a 1974, Sandro Polônio se esforçou para mantê-la viva numa realidade indiferente, senão hostil, a tais propostas.

É essa realidade da qual participava a companhia do casal de artistas que compõe o restante do livro. O intuito final, a tese, do trabalho é oferecer, a partir dessa relação, uma nova perspectiva sobre a formação do teatro brasileiro moderno. Portanto, não se trata de mera inserção do grupo em um “contexto” mais amplo. Em resumo, Tânia Brandão defende a idéia de que o Teatro Popular de Arte (depois rebatizado de Maria Della Costa) foi a primeira companhia teatral profissional moderna do Brasil. Com esta concepção, a autora investe diretamente contra o mito da prevalência do TBC. Para provar tal tese, percorre dois caminhos que se entrelaçam. Em primeiro lugar, procura entender o seria afinal um teatro moderno no Brasil, quais os novos parâmetros e procedimentos que o definiriam. Assim, vai buscar as matrizes que formataram a discussão e a instalação da modernidade teatral entre nós. As histórias do teatro francês e italiano do século XX são apresentadas como introdutoras das questões marcadamente modernas, que poderiam ser rapidamente (e pobremente) reduzidas aqui como o confronto entre um teatro da palavra e um teatro da cena (do espetáculo). Nomes e estilos que compuseram o chamado “cartel” francês, bem como as discussões polarizadas em torno dos italianos D’Amico e Bragaglia são evocados para marcar cada uma das posições conflitantes. Transportadas para a terra brasilis, ambas as tradições são aqui, como sempre, confrontadas, limitadas e transformadas pela realidade e perspectiva locais (historicamente ligadas à tradição francesa e, mais recentemente, em função da vinda da leva de diretores, ao cenário italiano).

Em segundo lugar, reexamina a história consagrada do teatro brasileiro a partir desse seu

novo ponto de vista. Nessa operação, busca o marco inicial da chegada da modernidade ao teatro nacional. Sua escolha recai sobre a montagem de *Romeu e Julieta*, realizada pelo Teatro do Estudante do Brasil no Rio de Janeiro em 1938, organizada por Paschoal Carlos Magno, protagonizada por Sônia Oiticica e Paulo Porto, sob a direção de Itália Fausta. Seria a partir desse acontecimento, passando para atuação, ainda que amadora, do grupo carioca Os Comediantes (do qual fizeram parte Sandro Polônio e Maria Della Costa) que se encaminharia a trajetória da fundação e atuação do Teatro Popular de Arte, com uma proposta renovadora, moderna. Mas essa explicação não se faz sem a desconstrução de um outro mito: a escolha tradicional da montagem de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, dirigida por Ziembinski, pelo próprio grupo d’ Os Comediantes como ato fundador da nossa modernidade teatral. A autora se esforça em desconstruir a mítica sempre repetida em torno do evento, do autor da peça, bem como de seu diretor. Para ela, a verdadeira fórmula da modernidade teria sido gestada pelo grupo d’ Os Comediantes e realizada pelo Teatro Popular de Arte, antes mesmo que o Teatro Brasileiro de Comédia os adotasse, e com maior amplitude.

Assim como se dedica a estabelecer a chegada da modernidade teatral, com um modelo inspirado da Europa e transformado no Brasil, Tânia Brandão também se preocupa em explicar sua derrocada, vítima de contradições internas e externas. Desse modo, a aventura moderna conclui seu destino nos idos dos anos 70, sobrepujada, entre outros, pela ascensão da mítica do nacional-popular e pela desestruturação do sistema de produção de grupos estáveis.

Portanto, em seu conjunto, com enorme riqueza de informações, dados e análises, o livro nos lança o desafio de rever nossos conceitos, certezas e “crenças” até hoje bem estabelecidos sobre esse período da história do teatro brasileiro. Certamente, um exercício dos mais salutares.



Instruções aos colaboradores

1. As contribuições devem ser enviadas ao **Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes da USP, Av. Prof. Lucio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo Brasil, A/C Editor de Sala Preta**. Os artigos devem ser apresentados em duas cópias em papel e numa versão em disquete, gravado no sistema "word para windows". A formatação deve adotar o tipo Times Roman, corpo 11 para o texto e corpo 10 para a bibliografia.
2. Os artigos não devem exceder quatro mil palavras e devem ser acompanhados de resumos em português e inglês.
3. Os manuscritos devem ser digitados em espaço simples, sem espaçamento entre os parágrafos e com entrada de parágrafo a 1,25 cm da margem.
4. As ilustrações (fotos reproduzíveis, desenhos ou estampas) devem ser cuidadosamente identificadas e acondicionadas.
5. As indicações bibliográficas devem trazer, logo após o trecho citado, entre parênteses, o sobrenome do autor em Caixa Alta, seguido do ano da publicação e do número da página em que se encontra a citação. A referência bibliográfica completa deve vir no final do artigo.
6. As notas de rodapé só devem trazer informações adicionais, comentários e sugestões bibliográficas.
7. Os manuscritos devem ser cuidadosamente revisados antes do envio. Não serão aceitos artigos fora do formato indicado
8. Todos os artigos enviados terão a sua recepção confirmada. Os artigos serão submetidos a pareceristas *ad hoc* e, em um prazo máximo de seis meses, os autores serão notificados se tiverem sido selecionados. As resenhas de livros são feitas por convite, mas os editores estão prontos a aceitar propostas de livros a serem resenhados.
9. Os editores poderão encomendar artigos e colaborações que terão prioridade sobre os artigos enviados espontaneamente.
10. Os manuscritos serão aceitos na suposição de que são textos originais, nunca publicados e que não foram oferecidos a nenhuma outra publicação.

